

AUDITOR FISCAL (MÓDULO I E II) (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifcil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2503218544M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná
SEFAZ PR

CARGO:

Auditor Fiscal (Módulo I e II)

MODELO/BANCA:

FGV

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

3/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

3/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

SEFAZ PR - 1º SIMULADO - AUDITOR FISCAL (MÓDULO I E II) - (PÓS-EDITAL)

MÓDULO I – CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Letícia Bastos

1

A interpretação de um texto exige a identificação correta das ideias principais e secundárias. Com base na leitura do trecho abaixo, **assinale a alternativa que melhor expressa a ideia central do texto.**

“A tecnologia transformou a comunicação humana, reduzindo distâncias e aumentando a velocidade da troca de informações. No entanto, muitos especialistas alertam para os impactos negativos desse avanço, como a superficialidade das interações e a dependência excessiva dos dispositivos eletrônicos.”

- (A) O avanço tecnológico trouxe benefícios e desafios para a comunicação humana.
- (B) O uso da tecnologia eliminou totalmente as barreiras da comunicação.
- (C) A comunicação humana tornou-se irrelevante devido ao excesso de dispositivos eletrônicos.
- (D) Os especialistas acreditam que a tecnologia prejudica mais do que beneficia a comunicação.
- (E) A tecnologia impacta apenas as interações presenciais, sem afetar as virtuais.

2

Com base no fragmento abaixo, assinale a alternativa que melhor expressa o seu sentido global.

“A inovação tecnológica, ao mesmo tempo em que amplia as possibilidades de comunicação, também impõe novos desafios à preservação da privacidade e da ética digital.”

- (A) A inovação tecnológica garante que a privacidade dos usuários seja sempre protegida, sem exceções.
- (B) A evolução tecnológica limita as formas de comunicação ao restringir a interação entre os usuários.
- (C) O avanço da tecnologia não apresenta desafios éticos, pois a sociedade se adapta rapidamente às mudanças.
- (D) A tecnologia expande as formas de comunicação, mas também traz questões relacionadas à privacidade e à ética.
- (E) A inovação tecnológica impede qualquer tipo de violação de privacidade no meio digital.

3

A coesão e a coerência são elementos fundamentais para a construção textual. Considerando esses conceitos, assinale a alternativa que contém um erro de coerência textual.

- (A) João sempre teve medo de altura, mas adora praticar paraquedismo e escaladas em montanhas.
- (B) A menina saiu apressada de casa, porém esqueceu de trancar a porta, o que gerou preocupação.
- (C) Embora estivesse muito doente, Marcos decidiu ir trabalhar, pois precisava terminar um projeto importante.
- (D) A professora explicou que os planetas do sistema solar são oito, incluindo a Lua e o Sol como os maiores.
- (E) O jogador se destacou na partida ao marcar dois gols e dar três assistências para seus companheiros.

4

Cada modo de organização discursiva possui características específicas que determinam sua função dentro do texto. Considerando essas características, assinale a alternativa em que o trecho apresenta um exemplo de **discurso descritivo**.

- (A) O castelo erguia-se imponente no alto da colina, com suas torres pontiagudas e janelas ornamentadas por vitrais coloridos.
- (B) João saiu de casa apressado naquela manhã fria de inverno, sem saber que um encontro inesperado mudaria sua vida para sempre.
- (C) O aquecimento global resulta do aumento da concentração de gases do efeito estufa, sendo um dos maiores desafios ambientais da atualidade.
- (D) Para fazer um bolo de chocolate, misture os ingredientes secos, adicione os líquidos e asse em forno preaquecido a 180 °C.
- (E) A sociedade contemporânea deve repensar seus hábitos de consumo para minimizar os impactos ambientais e garantir a sustentabilidade futura.

5

Os textos podem ser classificados como **literários** ou **não literários**, de acordo com sua função e características. Considerando essa distinção, assinale a alternativa que apresenta um **texto literário**.

- (A) A fotossíntese é um processo realizado pelas plantas que converte energia luminosa em energia química, essencial para a manutenção da vida no planeta.
- (B) O relatório apresentado pela comissão detalhou os impactos econômicos das novas políticas fiscais sobre o mercado financeiro.
- (C) O vento sussurrava entre as árvores, enquanto as folhas dançavam em um balé silencioso sob o céu estrelado.

- (D) O edital estabelece que as inscrições para o concurso devem ser realizadas exclusivamente pela internet até o dia 15 de março.
- (E) A bula do medicamento informa que a dose recomendada para adultos é de um comprimido a cada oito horas, salvo orientação médica contrária.

6

Os **tipos de discurso** referem-se às diferentes formas como as falas dos personagens ou as informações são apresentadas em um texto. Considerando essa classificação, assinale a alternativa que apresenta um **exemplo de discurso indireto**.

- (A) João disse: “Vou viajar amanhã e volto na semana que vem”.
- (B) João disse que viajaria no dia seguinte e voltaria na semana seguinte.
- (C) João disse que: “Vai viajar amanhã e volta na semana que vem”.
- (D) João disse – e suas palavras ecoaram na sala – que viajaria logo.
- (E) João exclamou, em tom animado, que já fazia tempo que queria viajar.

7

Os **registros de linguagem** variam de acordo com o contexto, o nível de formalidade e a intenção comunicativa. Considerando essa variação, assinale a alternativa que apresenta um **exemplo de linguagem formal**.

- (A) “E aí, mano? Bora colar lá em casa mais tarde?”
- (B) “Tá ligado que esse rolê vai ser top, né?”
- (C) “Prezados senhores, venho por meio desta solicitar informações sobre o processo seletivo.”
- (D) “A gente tá tentando resolver isso, mas tá osso.”
- (E) “Ô tia, cê tem um tempinho pra me ajudar com isso aqui?”

8

As funções da linguagem representam diferentes **intencções comunicativas** em um discurso. Considerando essa perspectiva, assinale a alternativa em que **predomina a função metalinguística**.

- (A) “Compre já este produto revolucionário e transforme sua vida!”
- (B) “Meu coração bate forte toda vez que te vejo.”
- (C) “A tabela periódica organiza os elementos químicos de acordo com suas propriedades.”
- (D) “Silêncio! O espetáculo vai começar.”
- (E) “Um poema é uma composição literária que expressa sentimentos e ideias por meio de versos e ritmo.”

9

No estudo do vocabulário, alguns fenômenos linguísticos envolvem a incorporação de palavras ao idioma por diferentes processos. Assinale a alternativa em que há um **neologismo**.

- (A) “Os influenciadores digitais lançaram um novo app para interação com o público.”
- (B) “A novela utilizou um tom bastante rebuscado, semelhante ao português arcaico.”
- (C) “O empresário sugeriu uma call para discutir o projeto com os investidores.”
- (D) “No Latim, ‘dominus’ era um termo utilizado para se referir ao senhor de uma casa.”
- (E) “O vocábulo ‘vossa mercê’ evoluiu para ‘vosmecê’ e, posteriormente, para ‘você’.”

10

Os dicionários possuem diferentes tipos e funções, variando de acordo com o objetivo da consulta. Com base nessa afirmação, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica dos dicionários.

- (A) Os dicionários etimológicos são especializados na organização de palavras conforme sua classificação morfológica, indicando sua função na oração.
- (B) Os dicionários de sinônimos e antônimos apresentam palavras equivalentes e opostas, auxiliando na construção textual e na ampliação do vocabulário.
- (C) Os dicionários normativos registram apenas palavras já consagradas no uso, excluindo neologismos e estrangeirismos recentes.
- (D) Os dicionários técnicos e científicos possuem exclusivamente palavras de origem grega e latina, sendo voltados para a linguística histórica.
- (E) Os dicionários bilíngues organizam os vocábulos em ordem alfabética, sempre priorizando a equivalência fonética entre os idiomas.

Raciocínio Lógico-Matemático

Diego Ribeiro

11

Durante a análise de um relatório contábil, um auditor fiscal observa a seguinte afirmação:

“Se os lançamentos contábeis não forem devidamente conciliados, então não haverá conferência dos dados, a menos que haja autorização excepcional do diretor fiscal.”

Considere as proposições:

p: “os lançamentos contábeis são devidamente conciliados”

q: “há conferência dos dados”

r: “existe autorização excepcional do diretor fiscal”

Assinale a alternativa que apresenta a equivalência lógica correta dessa afirmação.

- (A) $\neg p \rightarrow (q \wedge r)$
- (B) $\neg p \rightarrow (\neg q \wedge r)$
- (C) $\neg p \rightarrow (r \wedge \neg q)$
- (D) $\neg p \rightarrow (r \wedge \neg q)$
- (E) $\neg p \rightarrow (\neg q \wedge \neg r)$

12

Na rotina de auditoria, o fiscal analisa cadastros de empresas. Em determinado levantamento, constata-se que:

- o conjunto A representa as empresas optantes pelo Simples Nacional;
- o conjunto B representa as empresas optantes pelo Lucro Real;
- o conjunto C representa as empresas que apresentam irregularidades na escrituração fiscal.

Sabe-se que:

- (i) $A \cap B = \emptyset$;
- (ii) $A \subset C$;
- (iii) $B \cap C \neq \emptyset$.

Assinale a alternativa que relaciona corretamente esses conjuntos.

- (A) Alguma empresa optante pelo Lucro Real apresenta irregularidades na escrituração fiscal.
- (B) Há empresas do Simples Nacional que também são optantes pelo Lucro Real.
- (C) Há empresas do Simples Nacional que não apresentam irregularidades na escrituração fiscal.
- (D) Nenhuma empresa do Simples Nacional apresenta irregularidades na escrituração fiscal.
- (E) Nenhuma empresa optantes pelo Lucro Real apresenta irregularidades na escrituração fiscal.

13

Em uma verificação de recolhimento de tributos, um auditor fiscal identifica que um determinado tributo sofreu reajuste de 8% sobre o valor original. Se o valor reajustado é representado por R, e o valor original por O, a relação correta entre R e O é:

- (A) $R = O + 0,08$
- (B) $R = 0,92 \cdot O$
- (C) $R = O / 1,08$
- (D) $R = 1,08 \cdot O$
- (E) $R = O - 0,08 \cdot O$

14

Em uma operação de campo, um auditor fiscal observa que o tempo gasto na análise (T, em horas) é inversamente proporcional ao número de registros (N) analisados, mantendo-se a produtividade constante. Se para 500 registros o tempo é de 4 horas, o tempo previsto para a análise de 800 registros é de:

- (A) 2,5 horas.
- (B) 3,2 horas.

- (C) 3 horas.
- (D) 4,8 horas.
- (E) 5 horas.

15

Durante a auditoria fiscal de uma grande empresa, o auditor precisa validar a consistência de uma regra de tributos definida pelo sistema da SEFAZ. A regra é representada logicamente por:

$$(\neg p \vee q) \vee (p \rightarrow q)$$

Em que:

- **p**: “o contribuinte declarou corretamente os impostos”;
- **q**: “a auditoria confirma a veracidade das informações”.

Sabendo que a proposição precisa ser sempre verdadeira, assinale a alternativa que representa corretamente uma equivalência lógica dessa expressão.

- (A) $(q \wedge \neg p) \vee q$
- (B) $\neg p \vee q$
- (C) $(q \rightarrow p) \wedge (p \rightarrow q)$
- (D) $p \rightarrow q$
- (E) $\neg(p \wedge \neg q)$

16

Um auditor fiscal analisa a relação entre três tributos distintos cobrados por um município: IPTU (I), ISS (S) e ITBI (T). Após cruzamento de dados, foi identificado que:

- 400 contribuintes pagam IPTU.
- 300 contribuintes pagam ISS.
- 200 contribuintes pagam ITBI.
- 120 pagam simultaneamente IPTU e ISS.
- 90 pagam IPTU e ITBI.
- 60 pagam ISS e ITBI.
- 30 pagam os três tributos.

Indique o número de contribuintes que pagam pelo menos um dos três tributos.

- (A) 660
- (B) 720
- (C) 740
- (D) 780
- (E) 800

17

Durante uma auditoria, verificou-se que 40% dos contribuintes atrasam o pagamento do ICMS e que 25% dos contribuintes que atrasam também possuem pendências no ISS. A probabilidade de um contribuinte aleatoriamente escolhido estar atrasado no ICMS e no ISS simultaneamente é de:

- (A) 5%
- (B) 7%
- (C) 8%
- (D) 10%
- (E) 12%

18

Um auditor fiscal precisa selecionar **4 empresas** para uma fiscalização detalhada. O setor jurídico forneceu uma lista de **10 empresas**, das quais **3** são suspeitas de sonegação. No entanto, para evitar conflitos de interesse, o auditor deve escolher **exatamente 2** empresas suspeitas na seleção. De quantas formas ele pode fazer essa escolha?

- (A) 48
- (B) 54
- (C) 63
- (D) 84
- (E) 99

19

O número de autuações de uma empresa fiscalizada cresceu segundo uma progressão geométrica. No primeiro mês, houve **5 autuações**; no segundo mês, **10 autuações**; no terceiro mês, **20 autuações**. Mantendo-se essa tendência, no **oitavo mês** ocorrerão:

- (A) 320 autuações.
- (B) 480 autuações.
- (C) 640 autuações.
- (D) 1280 autuações.
- (E) 2560 autuações.

20

Um auditor fiscal precisa encontrar a periodicidade com que dois tributos estaduais são pagos por empresas. O tributo A é recolhido a cada **30 dias** e o tributo B, a cada **45 dias**. Se ambos foram pagos simultaneamente em 1º de abril, a próxima data em que ambos os tributos serão pagos no mesmo dia será em:

- (A) 01/06
- (B) 30/06
- (C) 01/07
- (D) 29/07
- (E) 30/05

Administração Pública

Wesley Rodrigues

21

Considere as características essenciais do modelo racional-legal (burocracia weberiana) e do paradigma pós-burocrático na administração pública. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma distinção entre esses dois modelos.

- (A) A burocracia weberiana, por ter foco principal na descentralização e na flexibilidade administrativa, confunde-se com o paradigma pós-burocrático ao evitar controles rígidos e hierarquias verticais.
- (B) O modelo racional-legal, conforme proposto por Max Weber, prioriza a impessoalidade e a hierarquia rigidamente definida, podendo gerar lentidão e ape-

go excessivo às regras, enquanto o paradigma pós-burocrático busca maior flexibilidade e orientação para o cidadão.

- (C) O paradigma pós-burocrático, embora adote mecanismos de descentralização e confiança, tem como base a confusão entre patrimônio público e privado, aproximando-se de práticas do Estado patrimonialista.
- (D) O modelo burocrático, ao se inspirar no sistema de livre-mercado do Estado Liberal, enfatiza a desregulamentação e a iniciativa privada como principais responsáveis pela execução das políticas públicas.
- (E) O paradigma pós-burocrático reforça o controle dos processos e a hierarquia vertical, focando mais na observância de normas internas do que na orientação para o cidadão ou para resultados sociais.

22

No contexto do Ciclo das Políticas Públicas descrito pelo Tribunal de Contas da União (TCU), existe uma etapa em que, depois de analisadas as possíveis soluções para determinado problema, se define quem irá decidir e como se dará a escolha da alternativa a ser adotada. Assinale a opção que descreve corretamente essa etapa.

- (A) Construção da agenda.
- (B) Formulação de alternativas.
- (C) Tomada de decisão.
- (D) Implementação.
- (E) Avaliação.

23

No âmbito do planejamento estratégico em organizações públicas, que envolve a análise do ambiente, a definição da missão, visão e valores, bem como o estabelecimento de objetivos estratégicos, assinale a alternativa que descreve corretamente a relação entre missão e visão.

- (A) A missão define as metas de longo prazo da organização, ao passo que a visão descreve os valores e princípios aplicáveis às suas atividades.
- (B) A missão configura o cenário futuro desejado, enquanto a visão evidencia a atual função social da organização.
- (C) A missão define a razão de existência da organização, e a visão descreve o cenário futuro ideal a ser alcançado, orientando a definição de objetivos estratégicos.
- (D) A missão descreve as crenças que devem nortear as práticas de governança, enquanto a visão trata dos fatores externos que podem afetar o alcance das metas.
- (E) A missão e a visão são expressões equivalentes no planejamento estratégico, diferindo apenas na forma como são comunicadas aos servidores.

24

Em relação às definições e características de projetos e processos na gestão organizacional, assinale a alternativa que apresenta corretamente a diferença fundamental entre os dois conceitos.

- (A) Projetos são atividades permanentes e rotineiras, enquanto processos possuem início, meio e fim bem definidos.
- (B) Projetos e processos são empreendimentos sempre temporários e com entregas únicas, diferenciando-se apenas pela equipe envolvida.
- (C) Projetos são empreendimentos temporários, destinados a gerar entregas exclusivas, ao passo que processos se caracterizam pela continuidade e repetição das atividades.
- (D) Tanto projetos quanto processos não admitem indicadores de desempenho, pois seu sucesso não pode ser mensurado objetivamente.
- (E) Processos têm foco em resultados únicos e pontuais, enquanto projetos se estabelecem para manter a estabilidade operacional e garantir rotinas constantes.

25

De acordo com os princípios da metodologia Lean Startup, introduzida por Eric Ries, o Produto Minimamente Viável (MVP) é utilizado para:

- (A) concluir a fase final de testes de um produto, com todas as funcionalidades plenamente operacionais, antes do lançamento comercial.
- (B) realizar protótipos rápidos e simplificados, voltados a validar suposições de mercado, com o objetivo de aprender rapidamente a partir do feedback dos usuários.
- (C) aumentar a complexidade do produto durante o desenvolvimento inicial, de modo a corrigir erros em etapas posteriores.
- (D) desconsiderar o contato direto com o cliente, uma vez que o foco principal está na análise interna de custos e processos.
- (E) garantir que todos os recursos e integrações estejam prontos, eliminando quaisquer possibilidades de falha no produto.

26

Os indicadores de desempenho podem ser classificados de acordo com a natureza das variáveis que avaliam (entradas, processos, saídas, resultados, impacto etc.). Nesse contexto, assinale a alternativa que descreve corretamente o papel dos indicadores de efetividade.

- (A) Indicadores de eficiência medem o grau de satisfação dos usuários, sem considerar os recursos necessários para a execução da atividade.
- (B) Indicadores de eficácia relacionam diretamente custos e benefícios, apontando como os recursos foram utilizados na produção dos resultados.
- (C) Indicadores de economicidade avaliam a qualidade do serviço prestado, independentemente da quantidade de recursos empregados.
- (D) Indicadores de efetividade verificam o impacto real das ações sobre o público-alvo ou a sociedade, analisando se os resultados esperados foram efetivamente alcançados.
- (E) Indicadores de insumo medem a percepção de valor do usuário final em relação ao produto, sem considerar a quantidade de recursos aplicados para entregá-lo.

Análise de Dados: Conceitos e Aplicações

Vitor Kessler

27

Um pesquisador coletou os salários de um grupo de funcionários e calculou algumas estatísticas descritivas. Considere os valores apresentados:

- Média: R\$ 5.000
- Mediana: R\$ 4.500
- Moda: R\$ 4.000

Com base nesses dados, assinale a alternativa correta.

- (A) A distribuição é simétrica, pois a média, a mediana e a moda possuem valores próximos.
- (B) A distribuição é assimétrica à esquerda, pois a moda é maior que a mediana e a média.
- (C) A distribuição é assimétrica à direita, pois a média é maior que a mediana e a moda.
- (D) A moda sempre será maior que a média em distribuições simétricas.
- (E) A mediana é sempre igual à média em qualquer distribuição de dados.

28

Se um aluno obteve um resultado que se encontra no 75º percentil de uma prova, isso significa que:

- (A) o aluno está entre os 75% piores resultados da prova.
- (B) o aluno está entre os 25% melhores resultados da prova.
- (C) o aluno obteve a nota mais alta da prova.
- (D) o aluno está exatamente na mediana dos resultados.
- (E) o aluno teve uma nota superior à média da prova.

29

Uma urna contém 5 bolas vermelhas e 3 bolas azuis. Se duas bolas forem retiradas, uma após a outra, sem reposição, a probabilidade de ambas serem vermelhas é de:

- (A) 5/8
- (B) 5/16
- (C) 25/64
- (D) 5/14
- (E) 10/30

30

Em um estudo sobre os hábitos de consumo de café de uma cidade, um pesquisador entrevistou 500 moradores selecionados aleatoriamente. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) A amostra é composta por todos os habitantes da cidade.
- (B) A população estatística é composta apenas pelos 500 entrevistados.
- (C) A amostra representa um subconjunto da população.
- (D) A amostragem só é válida se todos os habitantes forem entrevistados.
- (E) A população estatística inclui apenas aqueles que consomem café.

31

Um instituto de pesquisa deseja realizar uma amostragem na qual cada indivíduo da população tem a mesma chance de ser selecionado. O método de amostragem que deve ser utilizado é:

- (A) Amostragem aleatória simples.
- (B) Amostragem por conveniência.
- (C) Amostragem estratificada.
- (D) Amostragem por quotas.
- (E) Amostragem intencional.

32

Os dados podem ser classificados de acordo com suas características e estrutura. Assinale a opção que representa corretamente um dado não estruturado.

- (A) Tabela de preços de produtos em um banco de dados relacional.
- (B) Lista de clientes armazenada em um arquivo CSV.
- (C) Documento de texto contendo anotações manuscritas digitalizadas.
- (D) Planilha com métricas de vendas organizadas em colunas.
- (E) Registro de transações financeiras organizadas por ID único.

33

Em um conjunto de dados, os atributos podem ser classificados de diferentes formas. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um **atributo ordinal**.

- (A) Nome do cliente.
- (B) Número de identificação de um funcionário.
- (C) Grau de satisfação de um cliente (ruim, médio, bom).
- (D) Código postal de uma residência.
- (E) Endereço de e-mail de um usuário.

34

Indique qual dos gráficos abaixo é mais adequado para representar a evolução de um valor ao longo do tempo.

- (A) Gráfico de rosca
- (B) Gráfico de radar
- (C) Gráfico de linha
- (D) Gráfico de dispersão
- (E) Histograma

35

Considere um conjunto de dados que contém informações sobre a altura e o peso de um grupo de pessoas. O gráfico que seria mais adequado para identificar se há uma relação entre essas duas variáveis é o:

- (A) Gráfico de barras
- (B) Gráfico de rosca
- (C) Histograma
- (D) Gráfico de dispersão
- (E) Gráfico radar

36

Assinale a alternativa que **não** representa uma característica essencial de um **data Warehouse**.

- (A) Integração de dados provenientes de diferentes fontes.
- (B) Otimização para processamento transacional e atualização frequente dos registros.
- (C) Estrutura orientada a temas para análise e relatórios.
- (D) Armazenamento de dados históricos para apoiar a inteligência de negócios.
- (E) Separação entre operações analíticas e transacionais.

MÓDULO II – CONHECIMENTOS JURÍDICOS

Direito Administrativo

Vinícius Marques

37

Durante uma aula sobre os princípios que regem a administração pública, os professores Paulo e Clara discutem o princípio da eficiência, previsto no artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Paulo argumenta que a eficiência é um princípio que exige o cumprimento das normas legais de forma irrestrita, sem qualquer margem para discricionariedade do administrador público, uma vez que a Constituição estabelece que a Administração deve ser sempre eficiente. Clara, por sua vez, defende que o princípio da eficiência não se limita ao cumprimento estrito das normas legais, mas exige também a obtenção dos melhores resultados possíveis com o uso racional dos recursos públicos, admitindo certa margem de discricionariedade para o administrador na busca pela eficiência.

Com base nessa discussão, é correto afirmar que:

- (A) Paulo está correto ao afirmar que a eficiência é um princípio que exige o cumprimento irrestrito das normas legais, sem qualquer margem para a discricionariedade administrativa.
- (B) Clara está correta ao afirmar que o princípio da eficiência exige que a administração pública busque os melhores resultados com o uso racional dos recursos, admitindo margem de discricionariedade, mas sempre dentro dos limites da legalidade.
- (C) a eficiência na administração pública está limitada ao cumprimento das normas legais, não admitindo qualquer forma de discricionariedade, de modo que a busca por melhores resultados depende exclusivamente da legalidade estrita.
- (D) o princípio da eficiência exige apenas a boa gestão administrativa, sem levar em conta a necessidade de adequação das ações à legalidade e aos princípios constitucionais, uma vez que se sobrepõe aos demais princípios administrativos.
- (E) Clara está equivocada ao afirmar que o princípio da eficiência admite discricionariedade, pois a busca pela eficiência deve ser sempre vinculada ao cumprimento das normas e à observância dos princípios constitucionais, sem margem para escolha administrativa.

38

Ainda sobre aspectos relacionados aos princípios da administração pública, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal (STF), analise os itens e assinale a alternativa CORRETA.

- I – A administração pode revogar seus próprios atos ou de terceiros, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, sendo nesse caso, impedida a apreciação judicial.
- II – É inconstitucional o veto não motivado à participação de candidato a concurso público.
- III – Considerando os princípios da celeridade e economia processual, são vedados, em qualquer hipótese, nos processos perante o Tribunal de Contas da União o contraditório e a ampla defesa quando da decisão.

- (A) Apenas a II está correta.
- (B) Apenas a II e III estão corretas.
- (C) Apenas a I e II estão corretas.
- (D) Apenas a III está correta.
- (E) Todos os itens estão incorretos.

39

João, servidor público vinculado ao Departamento de Águas da Secretaria de Meio Ambiente, recebeu uma notificação informando que sua autarquia, uma entidade vinculada ao poder executivo estadual, deveria alterar os critérios de concessão de licenças ambientais. Em razão dessa decisão, João recorreu formalmente à direção da sua autarquia, pedindo revisão do ato. O recurso de João é fundamentado no fato de que a decisão foi tomada sem considerar a autonomia administrativa de sua autarquia e sem análise técnica, sendo então encaminhado para o Governador do Estado para revisão.

Com base na organização administrativa e na doutrina de Direito Administrativo, é correto afirmar que:

- (A) João interpôs um recurso administrativo de reconsideração, em razão da centralização administrativa, dirigindo-o à autoridade superior de outra pessoa jurídica.
- (B) João interpôs um recurso hierárquico, em razão da descentralização administrativa, sendo este recurso dirigido ao Governador do Estado, autoridade superior da pessoa jurídica a que a autarquia está vinculada.
- (C) João interpôs um recurso de hierarquia imprópria, devido à descentralização administrativa, com base no controle finalístico exercido pela pessoa jurídica superior.

- (D) João interpôs um recurso hierárquico próprio, fundamentado na centralização administrativa, visando reverter a decisão tomada por autoridade subordinada à mesma pessoa jurídica.
- (E) João interpôs um recurso hierárquico impróprio, fundamentado na descentralização administrativa, sendo dirigido a autoridade superior de outra pessoa jurídica, com base na tutela administrativa.

40

Acerca da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/1992), que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal, analise cada item e assinale a resposta CORRETA.

- I – De acordo com a Lei n. 8.429/1992, a responsabilidade por ato de improbidade administrativa é afastada em caso de exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito.
- II – A ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário, configura improbidade administrativa.
- III – Pedro Sanches, particular e alheio à função pública, induziu culposamente para que Caio Maia, servidor, praticasse ato de improbidade. Nesse caso, mesmo Pedro não sendo agente público, responderá igualmente por improbidade.

- (A) Apenas a I.
- (B) Apenas a II e III.
- (C) Apenas a I e II.
- (D) Apenas a III.
- (E) Nenhum Item está correto.

41

À luz das disposições contidas na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018), analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- (A) Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, excepcionados os dados digitais, por pessoa natural, de direito privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- (B) As normas gerais contidas nesta Lei são de interesse da União, devendo os Estados, Distrito Federal e Municípios analisarem seu campo de abrangência.
- (C) Para os fins desta Lei, considera-se dado pessoal, a informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável e dado pessoal sensível, o dado pes-

soal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

- (D) O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado de acordo com o interesse dos pais e da sociedade.
- (E) O tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado dispensando seu consentimento específico e em destaque dado por ambos os pais ou pelos responsáveis legais.

42

Acerca do controle administrativo, controle judicial e controle legislativo, analise os itens e assinale a alternativa correta.

- I – O controle administrativo é realizado exclusivamente pelo próprio poder público, sem a possibilidade de intervenção do poder Judiciário ou Legislativo, sendo este, em essência, autárquico.
- II – O controle judicial sobre a administração pública tem como fundamento a legalidade e a supremacia do interesse público, podendo ser exercido por meio de ação direta de inconstitucionalidade ou ação popular, conforme disposto na Constituição Federal.
- III – O controle legislativo se limita à fiscalização orçamentária, não englobando outros aspectos da atividade administrativa, como a legalidade ou a conveniência dos atos administrativos.

- (A) Apenas a I está correta.
- (B) Apenas a II e III estão corretas.
- (C) Apenas a I e II estão corretas.
- (D) Apenas a III está correta.
- (E) Todos os itens estão incorretos.

43

Sobre os órgãos públicos, analise as alternativas a seguir e assinale a CORRETA.

- (A) Órgão público é a unidade administrativa dotada de personalidade jurídica que exerce competências atribuídas ao poder público, sendo independente em relação aos entes a que pertencem.
- (B) Os órgãos públicos são unidades dentro da estrutura administrativa que não possuem personalidade jurídica, sendo caracterizados pela inexistência de autonomia financeira ou orçamentária, como ressalta a doutrina moderna.
- (C) De acordo com a Doutrina, os órgãos públicos são entidades criadas pela Constituição Federal, com autonomia plena, com fins específicos e constituídos sob a forma de fundações públicas.

- (D) Para a doutrina moderna, a classificação dos órgãos públicos é baseada na autonomia financeira, com as categorias sendo órgãos autônomos, órgãos independentes, órgãos subordinados e órgãos colegiados.
- (E) Os órgãos públicos são, conforme definição doutrinária, a própria pessoa jurídica da administração pública, e sua criação depende de uma lei específica para cada tipo de ente administrativo.

44

Sobre as entidades da administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista), assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As autarquias são entidades autônomas, criadas por lei, com personalidade jurídica própria, sem qualquer vínculo com o ente da administração pública que as criou, sendo responsáveis exclusivamente pela gestão de atividades empresariais.
- (B) As fundações públicas são criadas por lei e podem ser de direito público ou privado, mas, ao contrário das autarquias, não possuem personalidade jurídica própria, pois são parte integrante do ente da administração pública ao qual pertencem.
- (C) As empresas públicas têm por característica a exploração de atividade econômica por meio de uma estrutura que preserva o modelo de gestão pública, sendo sua criação autorizada por lei específica e com a finalidade de gerar lucro e atender a interesses públicos.
- (D) As sociedades de economia mista, conforme a doutrina administrativista, são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, criadas para explorar atividades econômicas de interesse público, com participação acionária majoritária do Estado.
- (E) As fundações públicas de direito privado são equiparadas às empresas públicas no que diz respeito ao regime jurídico, podendo ambas realizar atividades econômicas, com a principal diferença sendo o tipo de controle exercido pelo Estado sobre sua administração.

Direito Civil**Cristiny Rocha****45**

Conforme disposições do Código Civil brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) No caso de qualquer acidente de trânsito envolvendo muitas vítimas, em que os trabalhos de averiguações ultrapassam 3 meses, poderá ser declarada a morte presumida sem decretação da ausência.
- (B) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

- (C) Os direitos da personalidade são irrenunciáveis, permanentes e transmissíveis.
- (D) O nome da pessoa pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, salvo quando haja intenção difamatória.
- (E) Os menores de 16 anos são relativamente incapazes para exercer pessoalmente os atos da vida civil.

46

Marcos, solteiro e sem herdeiros necessários, em testamento por meio de escritura pública, dispõe de todo o seu patrimônio, prevendo que seja transferido a seu amigo Carlos, com o encargo de que este mantenha e administre, desde que cuide de seus 3 gatos.

Sobre essa hipótese, com base no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) A sucessão abre-se no lugar do último domicílio do falecido.
- (B) A sucessão dá-se somente por lei.
- (C) A herança defere-se como um todo unitário, salvo quando vários sejam os herdeiros.
- (D) Podem ser nomeados herdeiros as testemunhas do testamento.
- (E) A transmissão ocorre ainda que verificada a renúncia à herança.

Direito Empresarial**Edilson Enedino****47**

A respeito das sociedades empresárias, o Superior Tribunal de Justiça tem adotado o seguinte entendimento:

- (A) Sob a égide do Código Civil de 1916, na apuração de haveres decorrentes de dissolução parcial de sociedade, os juros de mora devem incidir a partir do trânsito em julgado da sentença que define os valores devidos.
- (B) As disposições do art. 602 do CPC/2015, que tratam da dissolução parcial da sociedade, não se mostram compatíveis à hipótese de dissolução total da empresa.
- (C) Sob a égide do Código Civil de 1916, na apuração de haveres decorrentes de dissolução parcial de sociedade, os juros de mora devem incidir a partir da data da efetiva saída do sócio.
- (D) As disposições do art. 602 do CPC/2015, que tratam da dissolução parcial da sociedade, se mostram compatíveis à hipótese de dissolução total da empresa, apenas no que se refere à apuração de haveres.
- (E) Sob a égide do Código Civil de 1916, na apuração de haveres decorrentes de dissolução parcial de sociedade, os juros de mora devem incidir a partir da citação.

48

A Fazenda Pública propôs ação de execução fiscal contra determinada sociedade empresária. Após a penhora de bens no Juízo Fazendário, sobrevém a comunicação de que foi deferido o processamento da recuperação judicial da executada. Nessa hipótese, segundo a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

- (A) Determinados pelo Juízo da Execução Fiscal, os atos de constrição judicial sobre bens e direitos de sociedade empresária em recuperação judicial, sem proceder à alienação ou levantamento de quantia penhorada, devem ser comunicados ao Juízo da Recuperação, que decidirá acerca da necessidade ou não de substituição da garantia.
- (B) Apesar de se estabelecer um parcial juízo universal e indivisível, ao juízo da recuperação judicial, após o deferimento do seu processamento, não compete decidir sobre a constrição de bens abrangidos pelo plano de recuperação da empresa.
- (C) Determinados pelo Juízo da Execução Fiscal, os atos de constrição judicial sobre bens e direitos de sociedade empresária em recuperação judicial, após proceder à alienação, devem ser comunicados ao Juízo da Recuperação, que decidirá acerca da necessidade ou não de substituição da garantia.
- (D) Apesar de se estabelecer um parcial juízo universal e indivisível, ao juízo da recuperação judicial, após o deferimento do seu processamento, compete decidir sobre a constrição de bens não abrangidos pelo plano de recuperação da empresa.
- (E) Determinados pelo Juízo da Execução Fiscal, os atos de constrição judicial sobre bens e direitos de sociedade empresária em recuperação judicial, após proceder ao levantamento de quantia penhorada, devem ser comunicados ao Juízo da Recuperação, que decidirá acerca da necessidade ou não de substituição da garantia.

Direito Penal

Renato Pulz

49

Em uma aula de Direito Penal, o professor discorria sobre as fontes e os princípios quando perguntou aos alunos um exemplo de fonte direta ou imediata do Direito Penal, conforme ensina a doutrina. Em seguida, explicou que, no Direito Penal, não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal. Sobre o caso, marque a alternativa correta.

- (A) A jurisprudência é uma fonte imediata do direito penal e o princípio citado é o da alteridade.
- (B) O professor fez menção aos princípios como fonte direta e por isso já continuou falando do princípio da proporcionalidade.

- (C) Os costumes são fonte direta, pois a sociedade entende ser obrigado cumpri-los e o princípio explicado no enunciado é o da contemporaneidade.
- (D) A lei é a fonte direta e imediata, sendo o princípio explicado o da legalidade e seu corolário o princípio da anterioridade.
- (E) A doutrina é uma fonte direta, sendo o princípio da lesividade explicado pelo professor.

50

Sobre o nexo de causalidade, é **incorreto** afirmar.

- (A) É o vínculo entre a conduta e o resultado.
- (B) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa e considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.
- (C) A teoria da causalidade adequada é a adotada como regra pelo Código Penal.
- (D) A teoria da equivalência dos antecedentes causais permite o regresso "ad infinitum".
- (E) A teoria da causalidade adequada considera como causa somente apenas as circunstâncias indispensáveis à produção do resultado, capazes de causá-lo quando e como ele ocorreu.

Estatuto da Criança e do Adolescente

Renato Pulz

51

A Lei n. 8.069/1990 fez previsão sobre o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer representando um marco no tratamento da criança e do adolescente no país. Sobre o tema, marque a alternativa correta.

- (A) É assegurado um tratamento diferenciado de condições em relação ao acesso e permanência na escola.
- (B) Apesar do direito de ser respeitado, não permite contestar critérios avaliativos, pois são normas das instituições.
- (C) É dever do Estado fornecer ensino fundamental e médio, obrigatório e gratuito, desde a publicação da lei.
- (D) É dever do estado o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade.
- (E) Os pais ou responsável têm a faculdade de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

52

O trabalho infantil é uma realidade triste que ainda persiste no Brasil, violando os direitos fundamentais de milhares de crianças e adolescentes. Mesmo sendo condenado pela maioria dos países e fiscalizado por agências internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para sua erradicação, a exploração do trabalho infantil continua a roubar a infância e comprometer o desenvolvimento saudável desses jovens. De acordo com dados divulgados em 2021, pela Fundação Abrinq, o trabalho infantil ainda é realidade para 1,7 milhão de crianças e adolescentes no Brasil. A pesquisa, que utilizou os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que 86% de adolescentes entre 14 e 17 anos que estão no mercado de trabalho encontram-se em situação de trabalho infantil. Em 2020, a taxa era de 84,8%. Ou seja, precisamos avançar no debate e erradicar a exploração de crianças e adolescentes.

Fonte: Trabalho infantil: o combate para acabar com esse cenário. 21/09/23. In: Institutoc.org.br

Sobre o tema, o Estatuto da Criança e do adolescente trouxe regulamentações importantes. Marque a alternativa correta, considerando o texto legal.

- (A) É proibido qualquer trabalho a menores de doze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- (B) Na formação técnico-profissional, não há qualquer diferença entre o tipo de trabalho e horários.
- (C) Ao adolescente empregado ou aprendiz, é vedado o trabalho insalubre.
- (D) A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho desfigura o caráter educativo.
- (E) A atividade do adolescente empregado, aprendiz ou aluno de curso técnico independe do local e horários que frequenta as aulas da escola.

Direito Constitucional

Vinicius Marques

53

Um estudo bastante difundido e com alta incidência nas provas de concursos públicos se refere à classificação das normas constitucionais quanto à sua eficácia. Os professores Diego, Caio, Sergio, Victor e Davi discorriam sobre essas normas, mas apenas um deles apresentou uma interpretação CORRETA sobre o tema. Assinale-a.

- (A) Diego dizia que as normas de eficácia plena possuem todos os elementos necessários para a produção dos efeitos jurídicos mediatos, dotadas de aplicabilidade mediata (estão aptas a produzirem efeitos após a promulgação de uma lei).
- (B) Caio dizia que as Normas de Eficácia Limitada possuem todos os elementos necessários para a produção dos seus efeitos jurídicos imediatos, nascendo com eficácia plena, mas poderão ter o seu âmbito de

eficácia restringido, reduzido ou contido pelo legislador ordinário.

- (C) Sergio, por sua vez, disse que às Normas de Eficácia Contida, também são utilizadas as nomenclaturas de normas constitucionais de eficácia redutível ou restringível.
- (D) Victor destacou que a restrição da eficácia das normas constitucionais de eficácia contida pode ser feita pela lei infraconstitucional, quando o próprio constituinte assim o prevê, tendo como exemplo constitucional o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- (E) Por fim, Davi, insistiu que as Normas de Eficácia Contida são normas que, no momento em que a Constituição é promulgada ou entra em vigor, não têm o condão de produzirem todos os seus efeitos, necessitando de norma regulamentadora infraconstitucional a ser editada pelo Poder, órgão ou autoridade competente, ou até mesmo de integração por meio de emenda constitucional.

54

A Constituição Federal de 1988 está repleta de promessas de transformação do país. É uma das chamadas Constituições Aspiracionais, típica dos países da América Latina, como a Colômbia (1991), Equador (2008) e Uruguai (1967), mas também encontrada em alguns países europeus, daí, temos as chamadas Normas Programáticas. Sobre tão importante tema, analise os itens e assinale a alternativa CORRETA.

- I – Os programas sociais são exemplos típicos dessas normas.
- II – Alguns exemplos de normas programáticas são as cláusulas nas constituições que falam sobre a busca pelo pleno emprego, pela igualdade de gênero ou mesmo pelo acesso universal à educação fundamental.
- III – Outro exemplo dessas normas é que se encontra previsto no Art. 5º, VIII, da CF, qual seja: “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei”.

Dentre tais informações, é correto afirmar:

- (A) apenas a III está correta.
- (B) apenas II e III estão corretas.
- (C) apenas I e II estão corretas.
- (D) apenas a I está correta.
- (E) todas as assertivas estão incorretas.

55

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que:

- (A) o princípio da proporcionalidade é uma garantia fundamental que se aplica apenas aos direitos civis e políticos.
- (B) a cláusula pétrea da CF/1988 impede qualquer alteração nos direitos e garantias fundamentais, mesmo por meio de emenda constitucional.
- (C) o habeas corpus é uma garantia fundamental que pode ser suspensa durante o estado de sítio, desde que haja autorização do Congresso Nacional.
- (D) a igualdade perante a lei é um direito fundamental que se aplica apenas aos brasileiros natos.
- (E) o direito à privacidade é uma garantia fundamental que pode ser limitada por lei, desde que haja justificativa razoável e proporcional.

56

A respeito dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, analise cada um dos itens e assinale a alternativa CORRETA.

- I – O direito à saúde é um direito fundamental que se restringe à assistência médica e hospitalar, não abrangendo ações preventivas e promocionais.
- II – A Constituição Federal estabelece que a educação básica e superior são obrigatórias e gratuitas para todos, inclusive para os estrangeiros residentes no Brasil.
- III – O direito à moradia é um direito social que pode ser garantido mediante programas de habitação popular, mas não é um direito fundamental.

- (A) Apenas a II está correta.
- (B) Apenas a II e III estão corretas.
- (C) Apenas a I e II estão corretas.
- (D) Apenas a III está correta.
- (E) Nenhuma assertiva está correta.

57

Maria, uma cidadã brasileira, decidiu se candidatar a vereadora em sua cidade natal. No entanto, o partido político pelo qual ela deseja se candidatar ainda não havia obtido registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O partido havia apresentado sua solicitação de registro há apenas seis meses, e o TSE ainda não havia se manifestado sobre o pedido.

À luz da CF/1988 e da legislação eleitoral, é correto afirmar que o partido político de Maria:

- (A) pode participar das eleições mesmo sem registro definitivo no TSE, desde que tenha apresentado sua solicitação de registro há pelo menos 1 ano.
- (B) não pode participar das eleições sem registro definitivo no TSE, independentemente do tempo de apresentação da solicitação.
- (C) pode participar das eleições desde que tenha obtido registro provisório no TSE, mesmo que não tenha registro definitivo.
- (D) não pode participar das eleições porque não cumpriu o prazo de 2 anos para apresentação da solicitação de registro.
- (E) pode participar das eleições desde que tenha apresentado sua solicitação de registro há pelo menos 6 meses e tenha obtido autorização do TSE.

58

Com base na jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal (STF), acerca da nacionalidade, analise as afirmativas e assinale a alternativa CORRETA.

- I – Pedro Álvares, cidadão espanhol, estava na iminência de ser extraditado, porém, por ser casado com Cláudia, brasileira e também ter dois filhos brasileiros com ela, Pedro, segundo entendimento do STF, não poderá ser extraditado.
- II – Em decisão recente, o STF decidiu que a criança nascida no exterior e adotada por pessoa brasileira somente tem direito à nacionalidade brasileira originária, após completar dezoito anos ou contrair casamento com brasileiro nato.
- III – O Supremo Tribunal Federal, em recente decisão, reafirmou que a declaração de nascimento deve ter termos inclusivos para contemplar pessoas trans.

- (A) Apenas a I está correta.
- (B) Apenas a I e III estão corretas.
- (C) Apenas a I e II estão corretas.
- (D) Apenas a III está correta.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

59

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a organização político-administrativa do Estado brasileiro é composta pela união de três esferas de governo: a União, os Estados e os Municípios, além do Distrito Federal, cada qual com competências específicas. A doutrina constitucionalista estabelece que a descentralização e a autonomia são os pilares dessa estrutura. Conforme explica José Afonso da Silva, “a Constituição de 1988 propôs um modelo federativo no qual a autonomia dos entes federativos se articula com a coordenação e cooperação, estabelecendo um equilíbrio entre a centralização e a descentralização”.

Diante do exposto, é correto afirmar que:

- (A) a autonomia dos Estados e Municípios é absoluta, sendo que a União não pode intervir nas esferas estaduais e municipais, exceto nas hipóteses previstas no artigo 34 (intervenção federal) da Constituição Federal.
- (B) a organização político-administrativa do Estado brasileiro é rigidamente centralizada, com a União exercendo supremacia sobre os Estados e Municípios, que devem seguir suas ordens de forma estrita.
- (C) o Distrito Federal possui as mesmas competências dos Estados, mas não exerce a função legislativa, limitando-se à administração do território.
- (D) a autonomia dos entes federativos é garantida pela Constituição, sendo que a União pode intervir nos Estados e Municípios nas situações previstas no artigo 34 da CF, mas não nas suas competências exclusivas.
- (E) a Constituição de 1988 prevê a descentralização das competências entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, sendo a autonomia dos entes federativos limitada exclusivamente à área administrativa, sem relação com o exercício do poder legislativo.

60

Durante uma aula sobre a administração pública, os professores Ricardo e Laura discutem a forma de acesso ao cargo público. Ricardo afirma que o ingresso no serviço público deve ser, em regra, realizado por meio de concurso público, de acordo com o princípio da legalidade e da isonomia previstos na Constituição. Laura, por outro lado, argumenta que a administração pública também pode admitir servidores temporários, desde que se trate de situações excepcionais previstas em lei, como nos casos de calamidade pública ou emergência. Com base na discussão, analise os itens e assinale a alternativa correta.

- I – Ricardo está correto ao afirmar que o ingresso no serviço público deve ser realizado, em regra, por concurso público, mas Laura erra ao afirmar que a contratação de servidores temporários é permitida, pois, em recente mudança, a Constituição vetou o instituto.
- II – Laura está correta ao afirmar que a contratação de servidores temporários é possível, porém essa previsão é legal e não constitucional.
- III – Ricardo está correto ao afirmar que o ingresso no serviço público deve ser realizado, em regra, por concurso público, conforme o artigo 37 da Constituição, mas Laura também está certa ao mencionar a possibilidade de contratação temporária em situações excepcionais.

- (A) Apenas a I está correta.
- (B) Apenas a II e III estão corretas.
- (C) Apenas a I e II estão corretas.
- (D) Apenas a III está correta.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

Legislação Tributária

Marcelo Macintyre

61

Assinale a opção correta.

- (A) Por força da Emenda Constitucional n. 132/2023, o imposto de competência dos Municípios sobre serviços de qualquer natureza fica extinto a partir de 2035.
- (B) Foi criado o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, que, em sua instância máxima de deliberação, contará com a representação paritária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios sob a presidência de um representante da União.
- (C) Sobre a Emenda Constitucional n. 132/2023, que institui a reforma tributária do consumo no Brasil, é correto afirmar que ao final do período de transição, serão extintos os seguintes tributos: Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), Imposto Sobre Bens e Serviços (ISSQN), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI).
- (D) A concessão de incentivos e benefícios fiscais regionais deve sempre considerar os critérios de sustentabilidade ambiental e redução de emissões de carbono.
- (E) A Reforma Tributária, por meio da Emenda Constitucional n. 132/2023 (EC n. 132/2023), veiculou diversas alterações no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias envolvendo prazos fiscais. A respeito dessas alterações, a partir de 2027, será cobrado o novo Imposto Seletivo sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

62

Assinale a opção correta.

- (A) A Emenda Constitucional n. 132/2023 trouxe novas regras sobre o sujeito passivo no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A respeito desse tema, o sujeito passivo do IBS, quando imune, fica dispensado do cumprimento das obrigações tributárias acessórias relacionadas a esse imposto.
- (B) A União entregará, do produto da arrecadação do Imposto Seletivo sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, 20% aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.
- (C) Apesar de toda a lógica da tributação sobre o consumo tomar como referência o princípio da não cumulatividade, a própria Emenda Constitucional n. 132/2023 veiculou hipótese de incidência monofásica.
- (D) A emenda constitucional n. 132/2023 ampliou a imunidade para alcançar os subsídios pagos pelas entidades aos seus líderes religiosos.
- (E) Com base na Emenda Constitucional n. 132/2023, especificamente em relação ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência dos Estados e Municípios, e à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência da União as regras de imunidade, serão aplicáveis apenas ao IBS, uma vez que as imunidades se referem exclusivamente a impostos.

63

Assinale a opção correta.

- (A) Referente ao ITCMD e ao ICMS: são competentes para formalizar a exigência do crédito tributário mediante lavratura do auto de infração, que será protocolado na agência da Fazenda Estadual da circunscrição do município do infrator, os fiscais de tributos estaduais e os fiscais auxiliares de tributos estaduais.
- (B) No caso da competência cumulativa, a União tem a competência tributária para cobrar os impostos estaduais e, se o território não for dividido em municípios, os impostos municipais.
- (C) O CTN (Código Tributário Nacional) e a CF/1988 (Constituição Federal de 1988) tratam também sobre os tipos de tributos federais, estaduais e municipais. Nesse sentido, são tipos de tributo estadual e um tipo de tributo municipal, respectivamente: IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados); IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores)
- (D) De acordo com a Constituição Federal, é permitido à União a cobrança de imposto de renda sobre os rendimentos auferidos por títulos públicos estaduais em patamares superiores àqueles cobrados sobre os rendimentos auferidos por títulos públicos da União.

- (E) O sistema tributário brasileiro estabelece a forma como os impostos são arrecadados. Esse sistema é dividido em três esferas com tributos federais, estaduais e municipais. O ISS (Imposto sobre serviços) não é um exemplo de imposto municipal.

64

Assinale a opção correta.

- (A) A empresa pública delegatária de serviço público essencial fará jus à imunidade tributária recíproca, desde que não distribua lucro a seus acionistas, não atue em regime concorrencial e não promova a cobrança de tarifa como contraprestação pelos serviços prestados.
- (B) A imunidade tributária recíproca prevista na CF alcança as contribuições previdenciárias incidentes sobre os vencimentos pagos aos servidores estaduais ocupantes de cargo em comissão.
- (C) Empresas públicas e sociedades de economia mista não são aptas ao reconhecimento do beneplácito da imunidade tributária recíproca, uma vez que esta prerrogativa se limita aos entes públicos.
- (D) Os créditos bancários garantidos por hipoteca deverão ser pagos antes mesmo do início da satisfação dos créditos tributários, até o limite do valor do bem gravado com hipoteca.
- (E) Com a Reforma Tributária, o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) terá suas alíquotas reduzidas a zero em todo o país, a partir de 2027.

65

Assinale a opção correta.

- (A) Há incidência de imposto sobre as operações relativas a mercadorias que tenham sido ou que se destinem a utilização na prestação de serviço de qualquer natureza, ressalvadas as hipóteses previstas na Constituição do Estado do Paraná.
- (B) O ICMS não incide sobre a entrada de mercadoria ou bem importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
- (C) Não há incidência do ICMS na entrada, no estabelecimento do contribuinte, de mercadoria ou bem oriundos de outras unidades da Federação, destinados ao uso ou consumo ou ao ativo permanente.
- (D) Não há incidência de ICMS, quando, no território paranaense, ocorrer a entrada de energia elétrica e sua destinação, por adquirente localizado no Paraná, for diversa da industrialização ou da comercialização e decorrente de operação interestadual.
- (E) A Lei Estadual n. 11.580/1996, que regula o ICMS no Estado do Paraná, no que tange a bens e mercadorias, especifica o local da operação e da prestação para os efeitos da cobrança do imposto. Este deve ser onde se encontre, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhado de documentação fiscal inidônea.

66

Assinale a opção correta.

- (A) Com base no Código de Defesa do Contribuinte do Estado do Paraná (Lei Complementar estadual n. 107/2005), uma vez inscrito em dívida ativa o crédito tributário, ainda que não tenha havido a intimação judicial da cobrança, não será possível ao contribuinte obter certidão positiva com efeitos de negativa.
- (B) A autuação do contribuinte independe da análise de eventual defesa prévia apresentada.
- (C) A cobrança extrajudicial de tributos admite medidas coercitivas, como a interdição de estabelecimentos.
- (D) A antecipação do prazo para recolhimento de tributo pode ser realizada por ato infralegal.
- (E) Para fins do disposto no referido código, um tributo é economicamente eficiente quando observa a neutralidade.

67

Assinale a opção correta.

- (A) Segundo a CF, todos os tributos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica de cada contribuinte.
- (B) A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, ao criarem tributos, não exercitam competências atribuídas pela CF.
- (C) Os diversos tributos previstos na CF podem ser classificados, quanto ao exercício da competência tributária, como privativos, comuns e residuais.
- (D) O ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural) deve ser considerado tributo de competência municipal quando for fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei.
- (E) As limitações ao poder de tributar são normas de restrição da competência tributária taxativamente previstas na CF.

68

Assinale a opção correta.

- (A) De acordo com a CF, é vedada a imunidade tributária recíproca ou intergovernamental.
- (B) Não cabe à lei complementar dispor sobre substituição tributária relativa ao ICMS.
- (C) O IPTU não pode ter alíquotas superiores para os imóveis de maior valor.
- (D) Ao contrário da capacidade tributária ativa, a competência tributária é delegável apenas às pessoas jurídicas de direito público.
- (E) A criação de novos tributos não previstos na CF depende de aprovação de lei complementar federal.

69

Assinale a opção correta.

- (A) Se uma instituição de educação distribuir lucros para os seus diretores, mas fizer constar, em seu estatuto, que sua natureza é sem fins lucrativos, terá direito a gozar da imunidade tributária prevista na CF.
- (B) Compete aos municípios instituir o ITCMD.
- (C) O imposto sobre a propriedade territorial rural será progressivo e não incidirá sobre pequenas glebas rurais exploradas pelo proprietário, mesmo que ele possua outro imóvel.
- (D) É facultado ao Poder Executivo, respeitados as condições e os limites legais, alterar as alíquotas do imposto sobre produtos industrializados.
- (E) A CF não prevê a aplicação de imunidade tributária sobre contribuições sociais, somente sobre impostos.

70

Assinale a opção correta.

- (A) O princípio da Irretroatividade protege o valor da justiça da tributação.
- (B) É proibida a cobrança de tributo sobre o patrimônio e a renda dos templos de qualquer culto.
- (C) No que concerne às limitações ao poder de tributar, a CF/1988 afirma ser vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça. Tal exigência corresponde ao princípio da taxatividade.
- (D) Conforme o princípio da legalidade tributária, previsto na Constituição Federal de 1988 (CF), tributos podem ser criados por resolução do Senado Federal.
- (E) No âmbito da repartição das receitas tributárias, segundo a CF/1988, pertencem aos municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

Direito Tributário**Marcelo Macintyre****71**

Assinale a opção correta.

- (A) De acordo com o art. 156, da Constituição Federal, compete aos Municípios instituir impostos sobre as vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto o óleo diesel.
- (B) Por expressa disposição constitucional, o princípio do respeito à capacidade contributiva aplica-se às contribuições sociais.
- (C) A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório não será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.

- (D) Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.
- (E) É vedado aos Municípios instituir imposto territorial e predial urbano sobre templos de qualquer culto, mesmo que o imóvel não seja destinado às finalidades da entidade religiosa a que pertence.

72

Assinale a opção correta.

- (A) O poder constitucional de tributar não é ilimitado. É vedado aos entes federativos, por exemplo, cobrar imposto sobre papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros.
- (B) A União, os Estados e os Municípios podem instituir impostos, taxas, contribuições para custeio do serviço de iluminação pública e contribuições de melhoria.
- (C) A Constituição da República **NÃO** permite à União cobrar contribuição sobre o lucro das empresas.
- (D) Compete aos Municípios instituir impostos sobre propriedade de veículos automotores.
- (E) **NÃO** constitui um tributo a contribuição de melhoria.

73

Assinale a opção correta.

- (A) Dentre os tributos municipais, **NÃO** se inclui a contribuição cobrada dos servidores municipais para o custeio do regime previdenciário.
- (B) Os principais impostos dos Estados e Municípios em termos de arrecadação são o ICMS e o IPTU.
- (C) As receitas correntes próprias dos Municípios com maior volume de arrecadação são o ISS e Contribuição de Melhoria.
- (D) As matérias não sujeitas à reserva legal podem estar submetidas a atos infralegais, como, por exemplo, o prazo para pagamento do tributo ou o caso dos decretos municipais que atualizam a base de cálculo do IPTU, utilizando índices oficiais de correção monetária do período.
- (E) Pertence aos Municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência tributária residual.

74

Assinale a opção correta.

- (A) A competência tributária é indelegável, salvo apenas a atribuição das funções de arrecadar tributos.
- (B) O direito tributário tem por objeto a atividade financeira do Estado no que se refere a créditos públicos.
- (C) O sujeito passivo da obrigação tributária é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.

- (D) A atribuição, por lei, de responsabilidade tributária à terceira pessoa prescinde da sua vinculação ao fato gerador da respectiva obrigação.
- (E) A substituição tributária “para trás” é aquela em que sujeito passivo responde por obrigação tributária que caberia à pessoa situada em etapa antecedente da cadeia econômica.

75

Marque a opção correta.

- (A) A Constituição Federal de 1988 estabelece a competência dos Estados e do Distrito Federal para instituir os seguintes impostos sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;
- (B) O princípio da capacidade contributiva estabelece que o valor dos tributos deve ser proporcional à capacidade financeira do contribuinte, sendo vedada a progressividade fiscal.
- (C) O princípio da isonomia tributária estabelece que é vedado instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, podendo dar tratamento diferenciado às discriminações que sejam decorrentes de distinções da capacidade contributiva.
- (D) O Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro (IOF); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); e, Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) são impostos de competência da União, que poderá instituir mediante lei ordinária novos impostos desde que não-cumulativos, mesmo que tenham fato gerador ou base de cálculo já previstos no texto constitucional.
- (E) O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto sobre Transmissão de Bens-Inter Vivos são de competência dos Municípios (ITBI); já o Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA) e o Imposto de Transmissão causa mortis de quaisquer bens ou direitos (ITCMD) são de competência dos Estados e do Distrito Federal.

76

Marque a opção correta.

- (A) De acordo com a Constituição Federal, para o custeio do serviço de iluminação pública, os Municípios podem instituir taxa pelo exercício do poder de polícia.
- (B) O denominado “preço público”, por ter sido equiparado doutrinária e jurisprudencialmente às taxas, depende, para sua instituição e aumento, de lei específica sujeitando-se, igualmente, às limitações ao poder de tributar previstas na Constituição Federal.
- (C) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tributos sobre o patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive contribuições sociais e taxas de suas fundações.

- (D) A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 164, § 2º, estabelece que o Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a demanda do mercado.
- (E) Os impostos são, por definição, tributos não vinculados que incidem sobre manifestações de riqueza do sujeito passivo (devedor).

77

Assinale a opção correta.

- (A) Acerca do objeto do direito tributário e da parafiscalidade, é correto afirmar que a competência tributária é indelegável, salvo apenas a atribuição das funções de arrecadar tributos.
- (B) Sobre sujeição passiva tributária, o sujeito passivo da obrigação tributária é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- (C) O STF reputa inconstitucional a substituição tributária progressiva, por caracterizar tributação antecipada de operação meramente presumida.
- (D) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação. Todavia, no caso de arrematação do imóvel em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.
- (E) A sistemática da substituição tributária é faculdade do contribuinte, não havendo imposição legal.

78

Assinale a opção correta.

- (A) A Lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária principal a condição de responsável pela retenção e pagamento de imposto ou de contribuição e, neste caso, verifica-se a figura do sujeito passivo responsável por sucessão.
- (B) A substituição tributária é aplicada a fatos geradores que já tenham ocorrido, mas cujo tributo ainda não tenha vencido, e a fatos geradores que ainda devam ocorrer posteriormente.
- (C) A substituição tributária consiste em atribuir a condição de responsável pelo pagamento de certos tributos a sujeito passivo de obrigação tributária.
- (D) A substituição tributária, por estar autorizada expressamente pela Constituição Federal, pode ser aplicada de ofício pelo Fisco a terceira pessoa estranha a fato gerador que deva ocorrer posteriormente, para que seja considerado o sujeito passivo da obrigação tributária.
- (E) A substituição tributária é quando o contribuinte paga um imposto por meio de títulos públicos federais ou estaduais, emitidos para esse fim específico.

79

Assinale a opção correta.

- (A) A denúncia espontânea não afasta a responsabilidade tributária, devendo o contribuinte pagar os juros e multas sancionatórias devidas.
- (B) A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, que fixará prazo máximo para a conclusão daquelas.
- (C) As autoridades fiscais têm o direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou produtores.
- (D) O contribuinte que, antes da manifestação da autoridade competente, aproveitar de crédito fiscal relacionado com a matéria objeto da consulta, tem o prazo de quinze dias, contado da ciência da resposta que o considerou indevido, para recolher o valor indevidamente aproveitado sem os acréscimos moratórios.
- (E) As autoridades administrativas federais poderão requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embargo ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, salvo quando se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

80

Assinale a opção correta.

- (A) As informações obtidas pelas diligências e fiscalizações podem ser livremente compartilhadas com outros órgãos e autoridades administrativas interessadas.
- (B) A legislação tributária pode limitar o direito das autoridades administrativas de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais.
- (C) As informações obtidas em procedimento de fiscalização gozam de sigilo absoluto, não podendo ser compartilhadas, sob pena de responsabilização da autoridade administrativa que as tenha compartilhado.
- (D) As entidades que gozam de imunidade tributária não devem ser alvo de fiscalização e, portanto, não precisam cumprir com obrigações acessórias, tais como preenchimento de livros fiscais ou envio de declarações.
- (E) É vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.



1º Simulado
Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná
Auditor Fiscal (Módulo I e II) (Pós-Edital)

FOLHA DE RESPOSTAS

[illegible]

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora